

DOCUMENTO METODOLÓGICO

Operação Estatística – Estatísticas da Reinserção Social e Acolhimento de Menores

Código: 499

Versão: 1.0

Setembro de 2010

INTRODUÇÃO

A operação estatística “Estatísticas da Reinserção Social e Acolhimento de Menores” tem como principais objectivos a recolha, tratamento, análise e difusão da informação sobre Pedidos recebidos e satisfeitos pela DGRS no âmbito penal e tutelar educativo, os centros educativos e os jovens neles internados e o acompanhamento dos casos de vigilância electrónica.

Esta operação estatística iniciou-se em 1984, após o Gabinete de Estudos e Planeamento, actual Direcção-Geral da Política de Justiça (DGPIJ) ter sido constituído órgão delegado do Instituto Nacional de Estatística (INE) para as estatísticas da Justiça, assumindo a responsabilidade de proceder à recolha, tratamento, análise e difusão de dados respeitantes, neste caso concreto, à informação sobre a reinserção social e o acolhimento de menores.

A operação estatística tem-se mantido sem alterações significativas desde a data em que se iniciou a recolha de dados.

I - CARACTERIZAÇÃO GERAL

1. Código/Versão/Data

499 / 1.0

2. Código SIGINE

Não aplicável

3. Designação

Estatísticas da Reinserção Social e Acolhimento de Menores.

4. Actividade Estatística

40 – Justiça

405 – Estatísticas de Execução de Penas e das Medidas de Intervenção Social

408 – Estatísticas da Reinserção Social e Acolhimento de Menores.

5. Objectivos

Esta operação estatística visa recolher informação sobre a reinserção social e o acolhimento de menores, nomeadamente sobre:

- Pedidos recebidos e satisfeitos no âmbito penal e tutelar educativo;
- Lotação, capacidade e jovens internados nos Centros Educativos;
- Movimento de jovens internados nos Centros Educativos, e algumas características pessoais dos mesmos.
- Vigilância electrónica.

6. Descrição

O âmbito desta operação estatística contempla a caracterização dos pedidos recebidos no âmbito penal e tutelar educativo, os estabelecimentos tutelares educativos, os jovens internados nesses estabelecimentos e a vigilância electrónica.

Caracteriza-se por: ser um recenseamento; ter periodicidade anual; âmbito geográfico nacional; utilizar fontes de informação directa; com recolha através de questionário electrónico - Excel (pré formatado,

idêntico ao anterior questionário em papel) e, tendo como unidade estatística de observação, a Direcção-Geral de Reinserção Social (DGRS).

7. Entidade Responsável

Direcção-Geral da Política de Justiça – Ministério da Justiça

Técnico responsável: Chefe de Divisão de Estatísticas da Justiça

Telf: 217924000; Fax: 217924080; E-mail: correio@dgpj.mj.pt

8. Relacionamento com o EUROSTAT/ Outras Entidades

A DGPJ é o Órgão do Sistema Estatístico Nacional, com delegação de competências para a área das estatísticas da Justiça, com a responsabilidade da recolha, tratamento, análise e difusão da informação relativa à reinserção social e acolhimento de menores.

O relacionamento com o EUROSTAT é de natureza indirecta, via INE (quando existente no âmbito da presente operação estatística).

9. Financiamento

Esta operação estatística é suportada pelo orçamento de funcionamento atribuído à DGPJ (proveniente das receitas do Orçamento de Estado e das dotações do Instituto de Gestão Financeira e Infra-Estruturas da Justiça, I.P.).

10. Enquadramento Legal

Decreto-Lei n.º 401/82, de 23.9 - Institui o regime aplicável em matéria penal aos jovens com idade compreendida entre os 16 e os 21 anos.

Decreto-Lei n.º 265/79, de 1.8 - Direito Penitenciário.

Decreto-Lei n.º 783/76, de 29.10 - Estabelece a orgânica dos Tribunais de Execução de Penas.

Portaria n.º 109/2005, de 27.1 - Aplica os meios de vigilância electrónica para fiscalização do cumprimento da obrigação de permanência na habitação que podem ser mandadas utilizar pelos tribunais competentes com jurisdição em todas as comarcas do território nacional.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 144/2004, de 28.10 - Aprova o programa de acção para o desenvolvimento da vigilância electrónica a todo o território nacional.

Portaria nº 26/2001, de 15.1 - Estabelece as características técnicas gerais a que deve obedecer o equipamento a utilizar na vigilância electrónica, para fiscalização do comportamento da obrigação de permanência na habitação.

Lei nº 122/99, de 20.8 - Regula a utilização de meios técnicos de controlo à distância para fiscalização do cumprimento da obrigação de permanência na habitação prevista no artigo 201º do Código de Processo Penal.

Decreto-Lei nº 375/97, de 24.12 - Estabelece os procedimentos e regras técnicas destinadas a facilitar e promover a organização das condições práticas de aplicação e execução da pena de prestação de trabalho a favor da comunidade.

Portaria nº 1200-B/2000 de 20.12 - Cria centros educativos e estabelece a sua classificação.

Decreto-Lei nº 5-B/2001 de 12.1 - Aprova normas de transição relativas ao desenvolvimento do regime estabelecido na Lei Tutelar Educativa.

Decreto-Lei nº 323-E/2000 de 20.12 - Regulamenta a lei nº 166/99, de 14 de Setembro, que aprova a Lei Tutelar Educativa.

Lei nº 166/99 de 14.9 - Aprova a Lei Tutelar Educativa, anexa à presente lei e que dela faz parte integrante.

Lei nº 31/2003, de 22.8 - Altera o Código Civil, a Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo, o Decreto-Lei nº 185/93, a Organização Tutelar de Menores e o regime jurídico da adopção.

Lei nº 133/99, de 28.8 - Quinta alteração ao Decreto-Lei nº 314/78 (Organização Tutelar de Menores) em matéria de processos tutelares cíveis.

Decreto-Lei nº 314/78, de 27.10 - Organização Tutelar de Menores.

11. Obrigatoriedade de resposta

SEN – Sim

EUROSTAT – Não

12. Tipo de Operação Estatística

Recenseamento.

13. Tipo de Fonte(s) de Informação

Directa.

14. Periodicidade de realização da operação

Anual.

15. Âmbito Geográfico

País: Portugal (Continental, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira);

16. Utilizadores da Informação

Internos (ao SEN):

- Direcção-Geral da Política de Justiça
- Instituto Nacional de Estatística

Nacionais:

- Administração Pública Central – Ministério da Justiça
- Pessoas singulares

Todos os utilizadores indicados fazem uso da totalidade/parte da informação.

17. Data de início/Fim

1984 – Início da recolha de dados junto da Direcção-Geral de Reinserção Social, através de inquérito em suporte papel;

18. Produtos

Padrão de Qualidade/ Prazo de disponibilidade ideal da informação: A disponibilização da informação anual ocorre 5 meses (150 dias) após o fim do período a que os dados se reportam.

Designação: Estatísticas da Reinserção Social e Acolhimento de Menores.

Tipo de Produto: Quadros pré-definidos.

Periodicidade de disponibilização: Anual.

Nível Geográfico (mais desagregado) : País.

Tipo de disponibilização: Não sujeito a tarificação.

Utilizadores: Todos os referidos no ponto 16.

II - CARACTERIZAÇÃO METODOLÓGICA

19. População

O universo coincide com o universo de referência (Direcção-Geral de Reinserção Social e Estabelecimentos Tutelares Educativos).

20. Base de Amostragem

Ficheiro da unidade de observação (Direcção-Geral de Reinserção Social e Estabelecimentos Tutelares Educativos)

21. Unidade(s) Amostrais

Direcção-Geral de Reinserção Social e Estabelecimento Tutelar Educativo.

22. Unidade(s) de Observação

Direcção-Geral de Reinserção Social e Estabelecimento Tutelar Educativo.

23. Desenho da Amostra

Não aplicável

24. Desenho do Questionário

A informação desta operação estatística é reportada através de questionário em suporte papel. Quando da sua criação foram consultados os intervenientes no processo de recolha. Desenvolveu-se o questionário, e realizaram-se testes, quer pela DGPJ, quer por parte da entidade notadora.

É desconhecido o tempo médio de preenchimento do questionário pela entidade notadora.

25. Recolha de Dados

Período de Referência dos Dados: Ano n ;

Período de Recolha(Transmissão de dados): Ano $n+1$;

Data de Expedição: Até 3 meses antes do momento do preenchimento dos dados que ocorre durante o primeiro trimestre do ano seguinte a que se refere a informação estatística.

Contacto Inicial: Não aplicável;

Método de Recolha: Entre 01/01/1984 e 31/12/1998 - questionário em papel – via postal. Entre 1999 e 2004: recolha simultânea, em suporte papel e diskete. A partir de 2005, por questionário electrónico – Excel.

Insistências/Tratamento de Recusas: as insistências junto da entidade notadora ocorrem através do envio de ofício;

Critério utilizado para fecho do inquérito: Resposta efectiva do respondente;

Possibilidade ou não de inquiridos Proxy: Não aplicável;

Utilização de incentivos: Não aplicável;

Disponibilização de apoio aos respondentes: Manual de preenchimento.

Formação aos entrevistadores: Não aplicável

Captura dos dados

Entrada de Dados: Recolha através de questionário electrónico – Excel (idêntico ao anterior questionário em papel).

Codificação: Manual

Software Utilizado:

Aplicação do Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça (SIEJ);

Microsoft Excel e Adobe Acrobat

26. Tratamento dos dados

Os dados são enviados pela entidade notadora através de Questionário electrónico (Excel), sendo depois preparados e validados pela DGPJ, nomeadamente pela aplicação do segredo estatístico e de sinais convencionais, bem como a avaliação da coerência entre os dados do ano e os dados do ano anterior. Findo este processo, os dados são convertidos em formato “pdf” para divulgação através do Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça.

27. Tratamento de não respostas

Não se aplica.

28. Estimação e obtenção de resultados

De acordo com o indicado no ponto 26., os resultados finais são obtidos por leitura directa da informação efectiva fornecida pelo respondente.

29. Séries Temporais

Não se aplica qualquer metodologia para tratamento da sazonalidade;

30. Confidencialidade dos dados

A informação recolhida por via da presente operação estatística é concretizada nos termos e nos limites da Lei n.º 22/2008 de 13 de Maio. Os dados só podem ser divulgados caso se refiram a três ou mais variáveis, não permitindo qualquer identificação directa ou indirecta dos intervenientes.

Mesmo tratando-se de apenas um respondente os valores que são transmitidos para as variáveis a divulgar são sujeitos a segredo estatístico.

31. Avaliação da Qualidade Estatística

Precisão – Não aplicável.

Coerência – Este parâmetro é assegurado através da aplicação de uma metodologia transversal que consiste na comparação de dados, com os anos anteriores.

32. Recomendações Nacionais e Internacionais

Não aplicável;

III – CONCEITOS

356 – Condenado. Pessoa contra quem foi proferida sentença que aplique pena ou medida de segurança privativas da liberdade, pena pecuniária ou outra reacção criminal não detentiva;

365 – Crime. Todo o facto descrito e declarado passível de pena criminal por lei anterior ao momento da sua prática;

408 – Liberdade condicional. Execução em meio livre da parte final de pena de prisão aplicada ao condenado, que nela consinta, sobre o qual exista a expectativa de um comportamento socialmente responsável, sendo obrigatória para reclusos em cumprimento de pena superior a 6 anos quando hajam cumprido 5/6 de pena;

410 – Medida de segurança. Medida destinada a prevenir delinquência futura e que tem por pressuposto a perigosidade criminal;

425 – Prisão. Sanção principal de natureza criminal correspondente à privação da liberdade por tempo limitado com vista à prevenção de futuros crimes e à reintegração do condenado na sociedade;

427 – Prisão preventiva. Consiste na privação da liberdade anterior à condenação penal transitada em julgado com fins essencialmente processuais: evitar a fuga, a perturbação do processo ou a continuação da actividade criminosa do arguido;

3920 – Processo tutelar educativo. Processo que visa a aplicação de medidas tutelares educativas a menor, com idade compreendida entre os 12 e os 16 anos, que tenha praticado facto qualificado pela lei como crime.

IV – CLASSIFICAÇÕES

- Tabela de entidades notadoras do SIEJ.

V – VARIÁVEIS

33. Variáveis de Observação

- Pedidos recebidos na DGRS no âmbito penal e tutelar educativo;
- Pedidos executados na DGRS no âmbito penal e tutelar educativo;
- Lotação, capacidade e jovens internados nos centros educativos;
- Jovens internados por situação jurídica;
- Movimento anual de jovens internados;
- Sexo dos jovens internados;
- Idade dos jovens internados;
- Jovens internados por tipo de crime;
- Jovens internados por local da residência;
- Jovens internados a frequentar cursos de educação e formação de adultos;
- Pedidos recebidos dos tribunais e da administração prisional, no âmbito penal;
- Pedidos executados dos tribunais e da administração prisional, no âmbito penal;
- Medidas na comunidade em execução no âmbito penal;
- Pedidos de informação, penas e medidas aplicadas e em execução no âmbito da vigilância electrónica;
- Duração das penas e medidas no âmbito da vigilância electrónica;
- Pessoas em regime de vigilância electrónica, por sexo;
- Pessoas em regime de vigilância electrónica, por escalão etário;
- Pessoas em regime de vigilância electrónica, por tipo de crime;

- Autorizações de ausência regular no âmbito do regime de vigilância electrónica;

34. Variáveis Derivadas

Não existem variáveis derivadas a partir das variáveis de observação;

35. Informação a disponibilizar

Com esta operação estatística visa-se disponibilizar informação sobre:

- Pedidos recebidos e executados na DGRS no âmbito penal e tutelar educativo, estabelecimentos tutelares educativos, menores internados nos estabelecimentos tutelares educativos e vigilância electrónica, de acordo como os parâmetros definidos no ponto 33.

VI – SUPORTES DE RECOLHA

36. Questionários

Questionários electrónico

37. Ficheiros

Não aplicável.

VII – ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

DGPJ – Direcção-Geral da Política de Justiça

EUROSTAT – Serviço de Estatísticas das Comunidades Europeias

DGRS- Direcção-Geral de Reinserção Social

IRS – Instituto de Reinserção Social

INE - Instituto Nacional de Estatística, IP

SEN - Sistema Estatístico Nacional

SIEJ - Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça

SIGINE – Sistema de Informação de Gestão do INE

VIII – BIBLIOGRAFIA

- “Documentação das operações estatísticas – Documento Metodológico”, Maio de 2005, Departamento de Metodologia Estatística – Instituto Nacional de Estatística
- Website do Instituto Nacional de Estatística: <http://www.ine.pt>
- Website da Direcção-Geral da Política da Justiça: <http://www.dgpj.mj.pt>
- Website da Direcção-Geral de Reinserção Social: <http://www.dgrs.mj.pt>